

ULTRAPASSAR CORRECTAMENTE AS DIVERGÊNCIAS. FORTALECER O MOVIMENTO...

INTRODUÇÃO

"(...) Para que os "GRUPOS DE PREPARAÇÃO" preparem as sessões do Seminário em termos correctos, devemos ter em conta que

1º As divergências que surgiram entre nós são divergências secundárias que se apagarão com a discussão (...)"

In "Circular 22"

É no sentido da resolução destas divergências que deve ser orientada a 2ª Sessão do Seminário.

Para que as divergências sejam resolvidas, (tendo em conta o facto da sua natureza ser secundária), é preciso que as pessoas dos 2 grupos trabalhem verdadeiramente nesse sentido, que trabalhem honestamente, que se unam francamente e apontem os erros de forma científica e que se ajudem uns aos outros na sua correcção.

Como a proposta 1 foi uma resposta mais ou menos espontânea à proposta 2, nesta Circular tentou-se sistematizá-la e, para isso, antes de se começarem a escrever os textos, o trabalho deste grupo de preparação(1) foi tentar juntar o maior número possível de pessoas que a defendiam e pô-las a trabalhar, a discutir, para tentar coordenar e sistematizar as ideias e as razões porque defenderam a proposta 1. Isto porque nas RGCs em que as propostas foram discutidas, a proposta 1 foi defendida em intervenções com carácter pessoal e, portanto, sem uma posição unificada. Daí as contadições que surgiram na proposta 1. Daí a aparência de instabilidade constante que os colaboradores que defendiam a proposta 1 davam. Daí, também, o arrastar consecutivo das discussões por dias seguidos, sem se chegar a nenhuma conclusão.

Para que isto não se voltasse a repetir e para que, portanto, as divergências pudessem ser superadas, definiu-se como método de trabalho para a preparação do Seminário que, entre outras coisas, "deveriam sair textos polémicos, antes de cada sessão

(1) formado por alguns colaboradores que defenderam a proposta 1

do Seminário, saídos dos diversos grupos de preparação, explicitando bem as diferentes posições"(1)

Foi neste espírito que se fez sair esta Circular. Porque,

"(...) é necessário ultrapassarmos as divergências surgidas aquando do início do 2º Período. Para isso, temos que as sistematizar, discutir, tendo em conta o trabalho que foi desenvolvido e concluir qual seria a mais certa e a errada, de acordo com a nossa orientação"

In "Circular 22"

"(...) Em cada momento surgem divergências entre os colaboradores. Isto não pode deixar de ser assim. Essas divergências são o reflexo da luta entre as ideias correctas e as incorrectas, no seio do nosso movimento.

Se essas contradições não se resolvem, não podemos conquistar uma verdadeira unidade, não podemos actuar em conjunto e ordenadamente; é por isso que nós devemos desenvolver um método para a resolução destas contradições. Esse método é o da crítica e da autocritica(...)"

In "Por um Ensino Popular"
(Programa de trabalho do
IAEESL, em 70/71)

"(...) o objectivo da crítica é superar as falhas e construir. Em cada momento uma velha unidade é quebrada porque surgem divergências entre os colaboradores. É, então necessário realizar um debate, para se chegar a uma nova unidade(...)"

In "Circular 9"

ESTES TEXTOS SÃO
POLÉMICOS. DISCUTE-OS

(1) Circular 22

CRITICA À PROPOSTA 2

"Não havia condições para que a resposta às incorporações fosse dada a nível do Movimento Associativo"

In "Circular 25"

Se bem que, em Janeiro, não se pudesse dar uma resposta consequente às Incorporações (e isto é um dos pontos de acordo entre as duas propostas) podia-se ter dado, pelo menos, uma resposta mínima, determinada pela "repercussão que a investida repressiva pode ter, de imediato, nas massas estudantis"(1) repercussão essa que gerou um potencial de mobilização contra a repressão, pois esta "ao surgir, gera consigo as condições da sua própria destruição"(2). E essa resposta mínima deveria ter sido dada porque, de outra maneira, "o Governo não deixará de aproveitar a ocasião para desfere mais uns quantos golpes, pela impunidade que antevê"(3)

Ora, era precisamente esta resposta mínima que, aplicando-se a proposta 2, os estudantes não davam, acatando os colaboradores que a defendiam, as incorporações como um facto consumado, como um "bolo" que caiu, e contra o qual não valeria a pena lutar, porque não se conseguiria fazer nada.

Outro ponto, que se põe em dúvida, é o seguinte. Diziam eles que:

"Não havia condições para que a resposta às incorporações fosse dada a nível de MA, não só pelos estudantes estarem desmobilizados, e cansados dum período de luta, e nesse momento já voltados para o problema dos exames, mas também porque o número dos quadros que seriam capazes de conduzir o movimento dentro da Faculdade ser muito reduzido e não haver possibilidade de uma ampla discussão em torno das incorporações que permitisse que os estudantes conscientemente se mobilizassem em torno deste problema, isto por até agora o problema da guerra colonial nunca ter sido discutido e perspectivado junto da grande maioria estudantil"

In "Circular 25"

As dúvidas que se puseram foram as seguintes:

1º Qual é o papel da vanguarda no meio disto tudo?

2º Para que serve o MA?

Alguns colaboradores responderam que:

1. Neste caso, o papel da vanguarda era transformar a indignação contra as incorporações em mobilização consciente das massas estudantis. O papel da vanguarda devia ser, também, agregar a si os estudantes mais combativos (aqueles que mais tarde iriam aparecer numa RGA, completamente afastados do trabalho associativo), para desenvolverem trabalho, nas Comissões de Curso, transformando, assim, os poucos cola-

(1) Circular 20

(2) O Trabalho Federativo e a questão do Comercial Industrial

(3) Circular 20

boradores (quase todos queimados) em muitos (pouco ou nada queimados).

2. O argumento da guerra colonial não ter ainda ser prospectivada junto das grandes massas dos estudantes, parece-nos ridículo.

Este problema deve ser, precisamente, prospectivado junto da grande maioria dos estudantes, a partir dos seus interesses imediatos. Este trabalho cabe às AAEE fazê-lo, já que são organismos de massas.

Por outro lado, é perfeitamente possível dar um tratamento sindical às incorporações, na base de defesa dos interesses dos estudantes que foram incorporados. A indignação dos seus colegas permitia-o. Portanto, nós perguntamos porque razão não se havia de prospectivar o problema da guerra colonial, a partir do tratamento sindical das incorporações. A questão está em que não se deve tratar das incorporações a partir duma correcta prospectivação da guerra colonial, mas sim prospectivar a guerra colonial, a partir do tratamento das incorporações, canalizando a indignação dos estudantes a elas para (caso isso se quisesse fazer) uma discussão em bases correctas da guerra colonial. É possível que alguns colaboradores ponham reticências a isto, dizendo que, com a escassa margem de manobra que existe, não seria possível discutir as incorporações e a guerra colonial. A isto respondemos que tudo depende da maneira como as questões são tratadas.

Foram estas divergências que deram origem à explicitação da proposta 1.

PROPOSTA 1

Os colaboradores que a defendiam, pretendiam com ela ir para a frente em dois pontos fundamentais para um alargamento da margem de manobra na Faculdade.

1. Dar uma resposta, evidentemente moderada às incorporações;
2. Motivar estudantes, de forma a começarem a trabalhar associativamente (através das Comissões de Curso) e de uma forma regular.

Quanto ao primeiro ponto, essa resposta seria dada através da mobilização dos estudantes(1) e aprovação em RGA de moções de repúdio às incorporações e concentrações junto dos professores denunciantes e de catedráticos. Precedendo a RGA (embora efectuando-se esta nos primeiros dias de aulas), deveriam os colaboradores garantir uma forte imprensa e boas informações orais, estas a partir da discussão do problema em Comissões de Curso, donde as pessoas sairiam com elas devidamente programadas.

Quanto ao segundo ponto, agregação de colaboradores, esta viria naturalmente do estado de mobilização dos estudantes presentes na RGA, no fim da qual se dividiriam por cursos para a formação de Comissões de Curso, como primeira medida da consolidação organizativa, onde, ligando as incorporações com os problemas de curso existentes com os profs denunciantes, se passaria a discussão do geral para o nível de curso, garantindo assim o seguimento da luta.

(1) que era possível criar, a partir das incorporações e baseada num bom trabalho da vanguarda, nesse sentido

Tanto na proposta 1, como na 2, haveria que tomar em conta a protecção dos quadros não suspensos na Faculdade.

Assim, e como é evidente, em todo o trabalho a desenvolver, os quadros existentes deveriam ter sempre presente o actual estado da Faculdade, evitando possíveis denúncias ou identificações.

PLATAFORMA

Como as divergências não se puderam ultrapassar, optou-se por uma plataforma de acordo, em que se decidia

"que o trabalho no 2º Período seria orientado para a resposta às incorporações. Dever-se-ia aproveitar a mobilização (se bem que fraca) provocada pela indignação que as incorporações despertaram nos estudantes para fazer uma RGA logo no início do período. No entanto, deveriam haver C.C. antes da RGA, onde se tratariam as incorporações mas os quadros deveriam ser suficientemente maleáveis para tratar qualquer problema pedagógico que os estudantes quisessem resolver.

Quanto às informativas, os quadros deveriam ter cuidado para não serem isolados quando afixavam cartazes, distribuíam impropre ou davam informações nas turmas.

Devia-se também realizar Reuniões de Curso viradas para as incorporações, destas reuniões é que sairiam as propostas para a RGA"

In "Circular 25"

Vamos ver que nem sequer esta plataforma foi aplicada e as razões desse facto.

ANÁLISE DO TRABALHO

A circular 25 parte de certos factos que são os seguintes:

- que ninguém apareceu para trabalhar
- que as Comissões de Curso não se realizaram todas e as que se realizaram, nem todas foram na perspectiva definida
- que os colaboradores que foram às Comissões de Curso não se mostraram interessados na luta contra as incorporações, mas sim em processos pedagógicos
- que os estudantes não se mobilizaram em torno da palavra de ordem - CONTRA AS INCORPORAÇÕES

mas não analisa as verdadeiras razões porque elas se deram. Serve-se deles, para concluir que era impossível desenvolver na Faculdade qualquer processo sob aquela palavra de ordem, e que a orientação da chamada "proposta 1" era incorrecta. Na realidade, para concluirmos qual das duas propostas era a mais certa, teremos de analisar o trabalho que foi feito em Janeiro, não unicamente com base nos factos, mas também, e principalmente, nas razões que os originaram.

Em 1.º lugar, temos de ter em conta que a divergência surgida não foi a nível de Orientação Geral, mas sim, quanto à orientação a dar ao trabalho num determinado momento. Isto significa que, quer a proposta 1 quer a proposta 2, tinham, como ponto principal, radicar mais a AE nos estudantes e porta-to caminhar no sentido do objectivo intermédio definido, ou seja, consolidarmo-nos internamente.

Tentemos agora analisar o porquê dos factos apresentados na Circular 25:

É indiscutível que, durante todo este período não vieram mais colaboradores trabalhar. Mas porquê? Será que não era possível mobilizar os estudantes à volta das incorporações? Será que os estudantes não se sentiram atingidos pelo facto de 7 colegas seus terem sido obrigados a ir para o exército colonial? Será que foram feitos todos os esforços da parte dos colaboradores efectivos para desenvolver uma luta em torno das incorporações, mas que apesar desses esforços não se conseguiu a mobilização? Não. Não foi isto que se passou. O que se passou foi que, na realidade, não houve da parte dos colaboradores um trabalho consequente e de acordo com a decisão tomada em RGC. Se não vejamos um exemplo: ao definirmos a plataforma assentámos que era de extrema importância a saída de um Improv de impacto, logo no primeiro dia de aulas, que serviria de base para uma informação forte dada no sentido de se desenvolver uma luta contra as incorporações nas condições definidas na plataforma. Que aconteceu? O Improv saiu 5 dias depois do início das aulas, segundo parece por "falta de tinta para o copiógrafo", o que apenas revela o descuido e a pouca importância que lhe era atribuída por parte dos colaboradores. O mesmo se passou relativamente a todos os outros Improvs, que saíram sempre fora da altura devida, não por incapacidade dos colaboradores, mas sim por um clima de indisciplina e desleixo que abundava entre nós.

Como foram as informações orais? Foram dadas no sentido de mostrar aos estudantes a verdadeira causa das incorporações? Foram dadas de forma a mostrar aos estudantes a importância de nos organizarmos para combater todos esses métodos utilizados pela repressão para nos dividir e fazer parar a nossa luta? Não. As informações foram fracas, não tendo o impacto que fora definido pela plataforma; não atingiram todos os estudantes - na semana que antecedeu a marcação da 1.ª RGA não se deram informações durante 5 dias! E isto porquê? Devido à incapacidade dos colaboradores? Ou devido ao facto de os colaboradores não se terem preocupado realmente em dar umas informações boas, tendo, é claro os devidos cuidados de forma a não provocar choques que originassem identidades e mais suspensões? Ou devido ao facto de os colaboradores se terem isolado dos estudantes, de modo a estes não sentirem que aquelas questões lhes diziam directamente respeito? Os colaboradores que estavam dentro da Faculdade eram poucos, mas houve algum esforço no sentido de falar com aqueles que até trabalharam na crise, e que nesta altura se afastaram? Não. Houve algum esforço em contactar com aqueles estudantes mais combativos, de forma a mostrar-lhes a importância de virem trabalhar para as C.C.? Não. Os colaboradores, na realidade, e apesar de todas as discussões havidas em RGCs não se aperceberam de quanto era importante fazer todos os

esforços para aumentarem o número dos colaboradores a trabalhar; não se aperceberam de quanto era importante, agora mais do que nunca, radicar a AE nos estudantes. E iso não se faz sómente discutindo a nível interno quais as melhores formas organizativas da Direcção, das C.C., etc., faz-se também e principalmente desenvolvendo um trabalho junto dos estudantes, quer a nível geral, quer a nível particular. E o que aconteceu, na realidade, foi que os colaboradores se isolaram dos estudantes.

As Comissões de Curso não se realizaram todas. Porquê? Porque as pessoas não apareciam. Mas não apareciam porquê? O problema mantém-se: como eram contactadas as pessoas? Pelo telefone, dizendo-lhes que precisavam de aparecer às tantas horas para uma reunião de C.C. Não tendo havido bons Improps, não tendo havido boas informações ora is, não tendo havido outro tipo de contactos que não fossem os telefonemas, como poderiam os estudantes sentir a necessidade de virem trabalhar para as C.C.?

Algumas C. C. realizaram-se, mas não na perspectiva definida: discutir as incorporações dos nossos 7 colegas. Diz-se na Circular 25 que os estudantes só estavam interessados nos processos pedagógicos. O que se passou demonstra que os colaboradores não se preocuparam em conduzir as reuniões tal como se tinha preparado. É evidente que os estudantes não iriam espontaneamente lutar contra as incorporações. O papel dos colaboradores consistia, precisamente, em aproveitar a indignação que as incorporações causaram nos estudantes e prospetivá-la correctamente, de forma ao desenvolvimento de uma luta que, embora fraca, desse uma resposta mínima às incorporações, não as dixando passar em branco, como se tivessem sido um acontecimento muito natural, Mas iso não se fez.

De todos estes factos, o que se conclui é que se na Faculdade não houve trabalho, não foi porque não fosse possível mobilizar os estudantes (lembremo-nos que, apesar do não trabalho desenvolvido, apareceram cerca de 80 estudantes na RGA-meeting, com um espírito de luta que originou que o Almeida e Costa tivesse que chamar os seus colegas fardados para dispersar os estudantes), mas sim porque não houve um trabalho consequente da parte dos colaboradores, não houve um esforço real para aplicar a plataforma (de notar que isto diz respeito, tanto aos colaboradores dentro da Faculdade, como aos colaboradores suspensos). Não houve um trabalho efectivo de Direcção: veja-se o exemplo da última RGA: apesar da entrada da polícia, não saiu um Improp logo no dia seguinte. Porquê? Falta de colaboradores não foi, de tempo também não. Isso só foi devido ao espírito de encosto e abandalhamento dos colaboradores que passavam os dias no bar, tomando bicas e falando, em vez de trabalhar, como era necessário.

Pode concluir-se daqui, que a proposta 1 era incorrecta? Não. O que se pode concluir é que é necessário ultrapassar estes problemas, encontrando formas de entrar em contacto com os estudantes, desenvolvendo um verdadeiro trabalho de massas.

Pelo que nos foi dando observar, quer pela preocupação dos estudantes em saber as condições dos nossos colegas na tropa, quer pela disposição de luta daqueles 80 estu

dantes, Apesar do mau trabalho feito, que era possível desenvolver um processo contra as incorporações, tal como definia a proposta 1

REV 73
(Circular Polémica)

AEFCL

[V SEMINARIO INTERNO DE ESTUDOS ASSOCIATIVOS]